



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

da Silva Alves, Kleber  
ESCRAVISTAS VERSUS EMANCIPACIONISTAS NA PROSA ROMÂNTICA: AS  
REPRESENTAÇÕES SENHORIAIS NO ROMANCE A ESCRAVA ISAURA

Afro-Ásia, núm. 43, 2011, pp. 155-194

Universidade Federal da Bahia

Bahia, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77021122005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



ESCRAVISTAS *VERSUS* EMANCIPACIONISTAS  
NA PROSA ROMÂNTICA:  
AS REPRESENTAÇÕES SENHORIAIS NO ROMANCE  
*A ESCRAVA ISAURA*\*

Kleberson da Silva Alves\*\*

No restrito círculo do cânone literário das décadas de 1860 a 1880, os emancipacionistas buscaram convencer o público leitor – considerado restrito por muitos homens de letras, diante dos esforços que eles julgavam empregar – da “necessidade” da emancipação, servindo-se de diferentes estratégias. Apelava-se para a sensibilidade com os sofrimentos dos cativos e/ou com a possibilidade de esses agirem violentamente, como recurso para justificar a necessidade da extinção da escravidão.<sup>1</sup> Bernardo Guimarães, no romance *A escla-*

\* Este artigo é uma versão do primeiro capítulo de minha dissertação, intitulada “Por que razão não libertaram esta menina? – discurso emancipacionista e perfil do liberto ideal no romance *A escrava Isaura*” (Universidade do Estado da Bahia, 2010).

\*\* Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

<sup>1</sup> Entre os literatos que apelaram para os sofrimentos do escravo, podemos citar Castro Alves, *A cachoeira de Paulo Afonso* (1876), in *Obra completa*, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997; Castro Alves, *Os escravos*, edição de centenário, fac-similar da príncipe, São Paulo: GRD, 1983. Entre os autores que buscaram convencer seus leitores da necessidade da extinção da escravidão, apelando para a rememoração da violência, o principal expoente foi Joaquim Manuel de Macedo, *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, São Paulo: Zouk, 2005 [1869]. Interessante artigo sobre as representações do escravo na obra de Macedo foi produzido por Sharyse Amaral, “Emancipacionismo e as representações do escravo na obra de Joaquim Manuel de Macedo”, *Afro-Ásia*, n. 35 (2007), pp. 199-236. José de Alencar igualmente se serviu de tal estratégia para defender a extinção da escravidão, em 1857, na comédia intitulada *O demônio familiar: comédia em 4 atos*, Campinas: Editora da Unicamp, 2003 [1857]. Conforme Josenildo de Jesus Pereira, a resistência escrava ficou marcada na



va *Isaura*, no entanto, serviu-se de outra estratégia, a saber, ressaltar a inviabilidade econômica da escravidão, destacando também que a condução da emancipação era favorável à permanência da autoridade moral da classe senhorial. Não ignorou, no entanto, as agruras da escravidão, representadas na vida da escrava Isaura.

Enfatizar os sofrimentos do escravo pode ter sido um recurso direcionado às mulheres pertencentes à classe senhorial, tidas como as únicas aptas a se sensibilizarem: “a caridade pede a vós, que sois a caridade”,<sup>2</sup> concepção que foi exposta não somente na literatura. Na edição de 14 de março de 1868, o cronista da revista *A vida fluminense*, ao mencionar o aniversário da Imperatriz, destacou: “é hoje um dia de verdadeira festa nacional! / é aniversário natalício de Sua Majestade a Imperatriz, o anjo da guarda dos que sofrem, o símbolo da caridade e da virtude”.<sup>3</sup> Os senhores, por não “encarnarem” a *caridade cristã*, talvez não fossem afeitos a compreender tal apelo.<sup>4</sup> Talvez outras estratégias fossem mais hábeis para convencer esse público. Donos de escravos, para muitos literatos, talvez fossem como os feitores e os capitães do mato – a exemplo da personagem Martinho, que atuou na tentativa de capturar a dócil e bela Isaura – pois nenhum sentimento lhes tocava quanto à sorte dos escravos, de maneira semelhante à exposta por Castro Alves:

Pois não vês que [nós, os escravos] morremos todo dia,  
Debaixo do chicote, que não cansa?  
Enquanto do assassino a fronte calma  
Não revela um remorso de sua alma?<sup>5</sup>

---

memória de muitas gerações das classes dominantes, sendo lembradas no contexto emancipacionista. Ver Josenildo de Jesus Pereira, “As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão da década de 1880” (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006), p. 81.

<sup>2</sup> Tal questão é explicitada, em abril de 1871, por Castro Alves, que esclarece a ideia de que sua luta antiescravista era direcionada às mulheres. Ver Castro Alves, “Carta às senhoras baianas”, abril, 1871, in *Obra completa*, Eugênio Gomes (org.) (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997), pp. 771-72.

<sup>3</sup> “A vida fluminense”, *A vida fluminense*, ano 1, n. 11, Rio de Janeiro (14/03/1868), p. 124. Grifo nosso. Biblioteca Nacional (doravante BN), Periódicos Digitalizados.

<sup>4</sup> Questão, como a anterior, também exposta por Castro Alves em sua “Carta às senhoras baianas”.

<sup>5</sup> Castro Alves, *A cachoeira de Paulo Afonso*, p. 347.



Tendo publicado seu romance em 1875, momento no qual os literatos ampliavam suas preocupações a respeito do público leitor, Bernardo Guimarães – ao utilizar duas estratégias para convencer seus leitores (apelou para a sensibilidade “feminina” e os interesses senhoriais) – tentou ampliar a base dos que poderiam ser convencidos através de sua obra. Conforme Hélio de Seixas Guimarães, a partir da década de 1870 – especialmente após a divulgação do resultado do censo – houve uma maior preocupação com o público leitor por parte dos literatos.<sup>6</sup> Os dados censitários de 1872, certamente um elemento que auxiliou na formação da visão dos literatos, indicaram certa predominância de indivíduos não alfabetizados no império.<sup>7</sup> A despeito de uma ampliação no mercado de livros na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX,<sup>8</sup> tais considerações sobre o pouco potencial de leitura no império foi explicitado por críticos e literatos de finais do século XIX e início do seguinte.

Machado de Assis, em 1866, exercendo a função de crítico, destacou: “quando aparece entre nós [...] o editor não pode oferecer vantagens aos poetas, pela simples razão de que a venda do livro é problemática e difícil”; “há um círculo limitado de leitores”, comentou, afirmando que havia uma “regra geral”: “os livros aparecem e morrem nas livrarias”.<sup>9</sup> Pelo menos desde 1865, Bernardo Guimarães explicitou sua preocupação com o público leitor, fosse dos periódicos ou da literatura. Em “Prólogo” ao seu volume de *Poesias*, escreveu o seguinte sobre o destino de muitos de seus escritos, que se perderam: “ora são artigos de periódicos, literários, que se imprimem depois de muitas fadigas e despesas, e depois se distribuem alguns raros exemplares, indo o resto para

<sup>6</sup> Hélio de Seixas Guimarães, *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*, São Paulo: Nankin Editorial, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

<sup>7</sup> Pedro Puntoni (coord.), *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*, São Paulo: Cebrap, 2004 (CD-ROM).

<sup>8</sup> Alessandra El Far, “Livros para todos os bolsos e gostos”, in Márcia Abreu & Nelson Schapochnik (orgs.), *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas* (Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil, Fapesp, 2005), p. 329.

<sup>9</sup> Machado de Assis, “Propósito”, 09/01/1866, in Miguel Sanches Neto (org.), *O ideal do crítico* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2008), p. 48.



as tavernas servir de embrulho”.<sup>10</sup> Logo no primeiro parágrafo do referido prólogo, menciona a saga de Camões, que, tendo naufragado, “salvara os seus *Lusíadas*, trazendo-os em uma das mãos em cima das ondas”. Todavia, ironicamente, destacou que, de sua parte, nenhum empenho faria para salvar sua obra, pois, “na época que atravessamos, o papel está sujeito a toda sorte de avarias”.<sup>11</sup>

Talvez, o literato, diante da imagem que fez da realidade da leitura no Brasil, do empenho em “promover pelos meios ao nosso alcance a cultura das letras em nosso país”,<sup>12</sup> e dos dados reais da instrução no Império, tenha traçado uma interpretação que o guiou na forma de se dirigir aos leitores. Nesse período, conforme Alessandra El Far, notava-se um crescente mercado de “livros populares” – direcionados à crescente camada urbana alfabetizada e assalariada – que existia para além dos círculos da Rua do Ouvidor – onde, certamente, circulavam as publicações do autor – e suas publicações mais bem encadernadas e, conseqüentemente, de maior valor monetário de produção e venda.<sup>13</sup>

Esse crescente mercado de livros e, por consequência, do público, no entanto, não incidia sobre os leitores de Bernardo Guimarães, cujas obras eram publicadas por Baptiste Louis Garnier, editor francês estabelecido no Brasil (na Rua do Ouvidor, da capital do Império), que geralmente imprimia seus livros em Paris, direcionando seu catálogo a um público leitor pretensamente mais exigente. Nesse sentido, é significativo o empenho do literato emancipacionista em aumentar a base de pessoas – essencialmente ligadas aos grupos senhoriais – que poderiam ser convencidas através de sua obra, de teor antiescravista. Veremos que, ao mesmo passo em que buscava sensibilizá-los para a situação de Isaura, produzia um discurso em que enfatizava a manutenção da escravidão como um manancial de problemas para a família senhorial, questão que também esteve no cerne da preocupação de outros escrito-

<sup>10</sup> Bernardo Guimarães, “Poesias”, 1865, in *Poesias completas de Bernardo Guimarães*, Org. Alphonsus de Guimaraens Filho, Rio de Janeiro, MEC/INL, 1959, p. 5.

<sup>11</sup> Guimarães, “Poesias”, p. 3.

<sup>12</sup> Bernardo Guimarães, “Revista Litteraria”, *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 54 (01/10/1859), p. 2. Arquivo Edgard Leuenroth, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, doravante AEL/Cecult.

<sup>13</sup> El Far, “Livros para todos os bolsos e gostos”, pp. 329-30.



res. José de Alencar, por exemplo, em 1857, numa comédia intitulada *O demônio familiar*, apresentou ao público os perigos – principalmente morais – de manter o escravo próximo da classe senhorial. Trata-se da história de Pedro, um jovem escravo – “O demônio familiar” – que, buscando atingir o objetivo de se tornar cocheiro, mente e inventa artimanhas que poderiam ter corrompido a família senhorial. A solução apresentada ao final da comédia: libertar os escravos – como uma iniciativa senhorial – evitando a continuação dos perigos.<sup>14</sup> Joaquim Manuel de Macedo, em 1869, em seus “quadros da escravidão”, procurou mostrar aos senhores

[...] os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo, inimigo natural e rancoroso do seu senhor, os miasmas, deixem-nos dizer assim, a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores, e a sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente atentando contra a fortuna, a vida e a honra dos seus incôscios opressores. É o quadro do mal que o escravo faz de assentado propósito ou às vezes involuntária e irrefletidamente ao senhor.<sup>15</sup>

Enfim, houve literatos que foram explícitos em afirmar que iriam recorrer a um discurso que enfatizava a escravidão como problema para a família senhorial, a despeito de entender que poderiam existir outros caminhos na empreitada antiescravista. Na concepção de Macedo, existiam dois caminhos para convencer seus leitores – pertencentes à classe senhorial – a respeito da necessidade da extinção da escravidão:

Um desses caminhos se estende por entre as misérias tristíssimas, e os incalculáveis sofrimentos do escravo, por essa vida de amarguras sem termo, de árido deserto sem um oásis, de inferno perpétuo no mundo negro da escravidão. É o quadro do mal que o senhor, ainda sem querer, faz ao escravo.<sup>16</sup>

É significativo, no entanto, que o caminho adotado por Joaquim Manuel de Macedo – “o que mais convém ao nosso [dele] empenho” – tenha sido aquele que destacava a escravidão como um elemento prejudi-

<sup>14</sup> Alencar, *O demônio familiar*.

<sup>15</sup> Macedo, *As vítimas-algozes*, p. 10.

<sup>16</sup> Macedo, *As vítimas-algozes*, p. 10.



cial à classe senhorial, afinal, era esse o público leitor que ele almejava convencer. Nem mesmo Castro Alves, que, na maioria de suas composições, apelava para a “sensibilidade” feminina da família senhorial, foi indiferente a esse expediente para convencer seu público, a exemplo do exposto na poesia “Amante”, publicada em *A cachoeira de Paulo Afonso*:

Por que volves os olhos desvairados?  
Por que tremes assim, frágil criança?  
Esta alma é o braço, o braço é ferro,  
E o ferro sabe o trilho da vingança.  
Se a justiça da terra te abandona,  
Se a justiça do céu de ti se esquece,  
A justiça do escravo está na força...  
E quem tem um punhal nada carece!...

Ou, em “Sangue de africano”,  
Aqui sombrio, fero, delirante  
Lucas ergueu-se como o tigre bravo...  
Era a estátua terrível da vingança...  
O selvagem surgiu... sumiu-se o escravo.<sup>17</sup>

Enfim, diante dos quadros da literatura antiescravista, fica patente que o cativo deveria ser extinto em proveito da própria classe senhorial, evitando os problemas que sua perpetuação continuaria a provocar, questão explicitada ainda em 1859, no periódico *A actualidade* que, ao apresentar a notícia da tentativa de suicídio de um escravo, que estava para ser capturado, mencionou sua história, buscando convencer os escravistas do perigo do regime. Segundo noticiaram, chamava-se Marcelinho, era originário das províncias do norte e se encontrava fugido “há cerca de um ano, depois de ter assassinado seu senhor [...] receando horrível vingança, em consequência de um inqualificável abuso praticado por ele réu na pessoa de uma sua senhora moça ainda menor”. Ao comunicar a notícia, não se esqueceram de transmitir um ensinamento que tinha um interlocutor declarado: “mirem-se neste espelho os apologistas da escravidão”.<sup>18</sup> Ber-

<sup>17</sup> Alves, *A cachoeira de Paulo Afonso*, pp. 343 e 344.

<sup>18</sup> AEL/Cecult, “Noticias diversas”, *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 58 (31/10/1859), p. 2.



nardo Guimarães não foi indiferente a esse empenho, tendo optado por destacar especialmente as vantagens econômicas da emancipação. É provável que nosso escritor se tenha servido dos argumentos jurídicos da “Economia Política”, disciplina que, como outros bacharéis, cursou no quinto ano da Academia Paulista de Ciências Jurídicas e Sociais de meados do século XIX.<sup>19</sup>

Provavelmente, Bernardo Guimarães julgou ser esse o melhor meio para convencer a classe senhorial. Sabemos, no entanto, que os donos de escravos não agiam essencialmente movidos por interesses econômicos; por isso mesmo, é significativo seu empenho e o de outros indivíduos que buscaram extinguir a escravidão com o argumento da “razão”. Conforme Antonio Penalves Rocha, a questão da inviabilidade econômica da escravidão foi abordada desde os primeiros escritos antiescravistas publicados no Brasil da primeira metade do século XIX, cujos autores recorriam a economistas europeus como fundamentação. Rocha, ao tratar dos autores tidos por pioneiros na crítica à escravidão (João Severiano Maciel da Costa, Antonio José Gonçalves Chaves, José Bonifácio de Andrada e Silva e José da Silva Lisboa), destacou um elemento que podemos aplicar a Bernardo Guimarães e a outros de sua geração que, como os pioneiros, se serviram dos princípios da Economia Política: “a adesão dos brasileiros à crítica econômica da escravidão liga-se ao fato de que ela era reconhecida como única condenação propriamente científica desta instituição”.<sup>20</sup>

Não obstante, a Economia Política não foi unanimidade. Sílvia Romero, em texto datado de 20 de setembro de 1873, julgou não ter motivos para acreditar no caráter científico das considerações dos economistas, todavia, em sua própria observação fica implícito que existiram os que assim julgavam; o próprio Romero, em 1881, quase oito anos depois de suas críticas, escreveu que “a economia política, a ciência do trabalho, é que deve procurar a solução do debate” sobre a emancipação dos escravos; nessa ocasião, considerou que “só a ciência econômica poderá fornecer os materiais para

<sup>19</sup> Sérgio Adorno, *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 96.

<sup>20</sup> Antonio Penalves Rocha, “Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira”, *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39 (2000), pp. 43-79.





a solução almejada”.<sup>21</sup> Em 1873, no entanto, nos moldes da propalada neutralidade científica positiva, Romero rejeitava a possibilidade de uma “ciência”, cujo resultado fosse um conselho visando uma transformação da realidade. Para ele, “o economista é um astrônomo que pretende fazer os astros de seu firmamento. Não se contenta com a descrição, a análise e o estudo; como os cegos da alquimia, ele intenta fazer o ouro”. Ele agia de forma contrária à dos “positivistas” – termo utilizado por Romero – que, “como o filósofo, não pretendem criar o objeto que estudam”.<sup>22</sup>

No ápice da crítica de Romero à Economia Política, encontramos o objetivo daqueles que buscaram convencer a classe senhorial utilizando o argumento econômico, a saber, “gerar e multiplicar a riqueza” que, na concepção dos emancipacionistas, só seria possível com a extinção do trabalho escravo e a adoção do trabalho livre. Nesse sentido, os objetivos da Economia Política caíram “como uma luva” no discurso de alguns emancipacionistas. Tal ciência, na interpretação de um contemporâneo dos debates em torno da emancipação, tinha um “ponto de vista” que considerava “o homem como instrumento de produção”, que só utiliza sua inteligência e “suas faculdades morais e sentimentos individuais ou sociais, subordinando sempre essas considerações ao ponto de vista econômico”.<sup>23</sup> Nesse tipo de interpretação, não obstante, inclusive os aspectos morais relacionavam-se ao bom proveito da economia, como indicou o panfletista Luis Barbosa da Silva, em suas considerações sobre as vantagens da extinção do “elemento servil”.<sup>24</sup> No embate colocado em *A escrava Isaura* é justamente o senhor com elevados valores morais, o emancipacionista, que sobressai vitorioso.

<sup>21</sup> Sílvia Romero, “A questão do dia: a emancipação dos escravos”, *Revista Brasileira*, ano 2, tomo 7 (1881), pp. 196 e 199. Segundo Lília Moritz Schwarcz, em 1875 Romero defendeu tese de doutoramento sobre a Economia Política. Cf. Lília Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1871-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 148.

<sup>22</sup> Sílvia Romero, “Se a economia política é uma sciencia” (20/09/1873), *Estudos de Literatura Contemporânea: páginas de crítica*, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1885, pp. 9-11.

<sup>23</sup> Theodoro Parker (pseudônimo de Luiz Barbosa da Silva), *Elemento servil*, Rio de Janeiro: Typ. da Rua da Ajuda, 1871, p. 19. Biblioteca Brasileira da Universidade de São Paulo, doravante BB/USP.

<sup>24</sup> Parker, *Elemento servil*, pp. 19-20.



É importante salientar que, no discurso de alguns antiescravistas, tudo era preferível a destacar os sofrimentos do escravo. Por isso, também houve um certo apelo à questão da vingança escrava. Nesse período, entre os crimes mais notáveis “contra a segurança individual”, citados por autoridades, houve exemplos de “assassinatos e cenas horrosas contra senhores [que] se têm dado em toda a parte”; sendo que “a causa é comum, a escravidão”, como destacou o jurista Perdigão Malheiro,<sup>25</sup> ou seja, a resistência ou “vingança” escrava – para citarmos a linguagem macediana – chamavam a atenção. Não sem razão, não poucos literatos colocaram a questão da vingança escrava em suas narrativas, e não as agruras da vida do escravo. Américo Marques S. Rosa, em texto sobre “A influência da escravatura sobre o desenvolvimento social e moral do Brasil”, publicado em 1853 na província da Bahia, julgou não ser o melhor caminho apelar para a questão dos sofrimentos dos escravos. Sobre tal questão, enfatizou:

Não copiaremos a história da triste vida de um escravo, nem pintaremos o quadro hediondo das privações e injúrias que padecem eles no Brasil, são coisas que ninguém ignora, fora inútil avivá-las. E, ademais, julgamos infrutíferos os esforços daqueles que tentam propagar a abolição da escravatura, apresentando em relevos os horros da escravidão.<sup>26</sup>

Para ele, tal atitude equivalia a “despender em vão palavras e tempo”, ao apelar para a “generosidade de um povo afeito a escutar a sangue frio os gemidos de dor arrancados do coração do escravo, que se estorce sob os golpes do látigo”. Julgava que o ideal era “falar outra linguagem mais enérgica e convincente”: “mostrar com argumentos sólidos e incontestáveis, que o atraso do Brasil procede do vergonhoso tráfico de escravos”.<sup>27</sup> É provável que muitos indivíduos pró-emancipa-

<sup>25</sup> Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil: ensaio historico-juridico-social (Parte 3ª Africanos)*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867, p. 135.

<sup>26</sup> Américo Marques S. Rosa, “A influência da escravatura sobre o desenvolvimento social e moral do Brasil”, *O Acadêmico*, n. 4 (1853), pp. 79-81. Centro de Digitalização da Universidade Federal da Bahia (doravante Cedig), *Jornais Diversos*, R128 (1855-1870).

<sup>27</sup> Rosa, *O Acadêmico*, pp. 79-81. Conforme Célia Maria Marinho de Azevedo, para os abolicionistas brasileiros a África era uma terra de vícios, miséria e ignorância que contaminavam o Brasil através do tráfico de escravos. Cf. Célia Maria Marinho de Azevedo, *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*, São Paulo: Annablume, 2003, pp. 136-9.



ção tenham compreendido o tempo em que viveram de maneira semelhante a Luis Barbosa da Silva, político que foi filiado à Liga Progressista, uma agremiação composta por dissidentes liberais e conservadores, em oposição ao domínio do Partido Conservador. Para ele (sob o pseudônimo Theodoro Parker), “Perante a razão a escravidão não se tem ainda revelado tão pouco em toda a sua hediondez. A sociedade brasileira ainda não tem a consciência clara do mal, que lhe vem da influência deletéria da escravidão”.<sup>28</sup>

Provavelmente por isso, os literatos tenham buscado demonstrar aos leitores as influências negativas da escravidão para a sociedade – “iluminar” a mente dos proprietários de escravos, questão com que certamente nosso literato entrou em contato em finais da década de 1850. Na edição de 31 de agosto de 1859 do jornal *A actualidade*, periódico que contou com Bernardo Guimarães em seu quadro de redatores, foram apresentados os “Apontamentos sobre a necessidade de uma escola de agricultura teórica e prática”, nos quais o Engenheiro Agrônomo Caetano da Rocha Pacova destacou que um caminho que levaria à substituição do trabalho escravo pelo livre era demonstrar as vantagens deste último. Segundo ele, “Logo que for resolvida a questão do trabalho livre, e que for praticamente demonstrada sua superioridade ao forçado, perderá este sua razão de existência. Uma ferramenta má é abandonada, quando dispomos de uma perfeita, e sabemos empregá-la”.<sup>29</sup>

Julgamos provável que nosso escritor tenha lido essa e outras considerações, publicadas no referido periódico. Ao apelar para argumentos “científicos” para convencer a classe senhorial, os emancipacionistas buscaram incutir na mente destes uma “razão” – que não se encontrava suficientemente consagrada como gostariam. A respeito de um discurso em que se dizia que “a causa da emancipação está ganha perante a filosofia e no mundo do sentimento”, Luis Barbosa da Silva considerou ser coisa de “observadores superficiais”:

<sup>28</sup> Parker, *Elemento servil*, p. 11.

<sup>29</sup> AEL/Cecult, “Apontamentos sobre a necessidade de uma escola de agricultura theorica e pratica, apresentados ao Exm. Sr. ministro do império por C. da R. Pacova”, *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 48 (31/08/1859), p. 2.



se estivessemos bem convencidos de que a escravidão é uma iniquidade bárbara, mais degradante, como de fato é, para o senhor do que para o próprio escravo, qual o homem de brio que, por um instante, possui-se um seu semelhante?<sup>30</sup>

Por isso, ele, bem como outros emancipacionistas, se empenharam em demonstrar as degradações de ordem moral e econômica provenientes do regime escravista.

Na década de 1880, no entanto, mesmo com a existência de considerações “científicas” sobre as desvantagens da escravidão, o discurso emancipacionista que apelava para o sentimento cristão quanto aos sofrimentos do escravo ainda possuía apelo. Em 1883, foi publicado o livro *Os escravos*, de composições produzidas por Castro Alves,<sup>31</sup> poeta antiescravista – falecido em 1871 – que apelava para a situação do cativo. Em 16 de novembro de 1883, estando em Londres, Joaquim Nabuco escrevia carta, na qual julgava importante a publicação de obras antiescravistas, entre elas a de Castro Alves, poeta que ele teria conhecido e admirado.<sup>32</sup> Nabuco compreendia a importância da propaganda para a causa em que atuava e, para além, os elementos que lhe poderiam ser úteis – como os “sofrimentos” dos escravos.<sup>33</sup> Mucio Teixeira, em sua “Biographia de Castro Alves”, texto de abertura da primeira edição de *Os escravos*, indicou que o apelo para a situação do escravizado teria influenciado na iniciativa de publicar a obra do poeta baiano. Sobre a questão, seguindo os caminhos do biografado, escreveu:

Foi então que Castro Alves lembrou-se de escrever um poema. O Assunto preferido dá a medida exata da sua personalidade. *Os Escravos*, essa raça, atada por séculos ao potro das maiores torturas, arrastando-se agridoadada ao sol da nossa pátria; esses infelizes que gemem à sombra das nossas florestas, regando de lágrimas de sangue o solo onde espalham as sementes promotoras do ouro.<sup>34</sup>

<sup>30</sup> Parker, *Elemento servil*, pp. 3-4.

<sup>31</sup> Castro Alves, *Os escravos*, ed. de centenário, fac-similar da primeira, São Paulo: GRD, 1983 [1883].

<sup>32</sup> Mucio Teixeira, “Biographia de Castro Alves”, in *Os escravos*, p. XXXV.

<sup>33</sup> *Carta de Joaquim Nabuco a Domingos José Nogueira Jaguaribe*, Londres, 16/11/1882. Biblioteca Nacional (BN), Manuscritos, I-5,01,073.

<sup>34</sup> Teixeira, “Biographia de Castro Alves”, p. XXII.





Enfim, ao menos para Joaquim Nabuco e para um dos responsáveis pela publicação em 1883, a obra de Castro Alves ainda tinha razões para ser dada à publicidade. Assim como no mundo da “razão”, a escravidão também não estava condenada “no mundo do sentimento”, como asseverou, em 1871, Luis Barbosa da Silva.<sup>35</sup> Era então preciso auxiliar na condenação da escravidão através desses dois vieses, questão que, em finais da década de 1860 e início da seguinte, esteve muito relacionada com as discussões em torno da libertação do ventre que, então, era discutida no parlamento e, provavelmente, em muitos encontros de jovens da sociedade imperial.<sup>36</sup> Bernardo Guimarães, que já contava com um pouco mais de quatro décadas e meia de vida, não foi indiferente ao debate que se agitou no parlamento ainda na década de 1860,<sup>37</sup> período no qual o jovem Castro Alves produziu muitas de suas composições, e quando ele atuou como jornalista no senado, representando o *Jornal do Commercio* (1864-1865),<sup>38</sup> ocasião em que o deputado mineiro Perdigão Malheiro já havia proposto o “nascimento livre”.<sup>39</sup>

O debate em torno da condição dos escravos esteve em pauta para muitos indivíduos pró-emancipação e, provavelmente, ainda possuía apelo. Não sem razão, esse foi também um recurso adotado por Bernardo Guimarães, em 1875, no romance *A escrava Isaura*.<sup>40</sup> Deixemos, no entanto, esse debate e passemos ao foco deste artigo: as representações dos senhores no romance *A escrava Isaura*, representações que se ligam a uma “linguagem mais enérgica e convincente”, direcionada aos senhores, que, nas palavras de Joaquim Nabuco, não

<sup>35</sup> Parker, *Elemento servil*, p. 6.

<sup>36</sup> Emília Viotti da Costa, *A abolição*, São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 57.

<sup>37</sup> Quanto aos debates sobre a emancipação, cf. Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 139-55; Costa, *A abolição*, pp. 39 e 139-40.

<sup>38</sup> Cf. Machado de Assis, “O velho senado” (1898), in *Contos de Machado de Assis*, v. 5 (política e escravidão), Org. João Cezar de Castro Rocha, Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 153-5.

<sup>39</sup> Conforme informações do próprio deputado, ao declarar-se contrário à aprovação do “ventre livre”, em 1871, ele já havia proposto tal medida em 1863. Cf. Perdigão Malheiro, *Discurso proferido na sessão da Camara Temporaria de 12 de Julho de 1871 sobre a proposta do governo para a reforma do Estado Servil*, Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1871, p. 65.

<sup>40</sup> Bernardo Guimarães, *A escrava Isaura*, Biografia, introdução e notas por M. Cavalcanti Proença, Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint (Edições de Ouro), 1967 [1875].



eram afeitos a se sensibilizarem com as condições em que viviam os escravos; para ele, “a virtude perde-se ao contato dessa instituição: ela é a escola do crime, envenena o coração do senhor e do escravo, muda a caridade em palavra vã, desnatura a lei do mérito: é a sentina de todos os vícios”.<sup>41</sup>

Diante da concepção que tinham sobre os senhores e dos meios que julgavam hábeis a convencê-los, muitos emancipacionistas serviram-se de um discurso no qual buscavam destacar as vantagens que eles teriam com o fim da escravidão; no caso de Bernardo Guimarães, um discurso pautado nos termos ecléticos da “Economia Política” que, conforme destacou, em 1867, o jurista Perdigão Malheiro, tem demonstrado que “a escravidão obsta profundamente o desenvolvimento da indústria, a produção da riqueza pública e privada. Desde Adam Smith, J. B. Say e outros, até Rénouard, Chevalier e demais distintos pensadores, a ciência econômica tem consagrado como axioma essa proposição”.<sup>42</sup>

Nesse tipo de discurso emancipacionista, a escravidão era um regime moral e economicamente prejudicial. Assim, destacavam-se as vantagens monetárias do trabalho livre e, ainda, as falhas do regime servil nesse aspecto: tônica abordada por Bernardo Guimarães, em 1875, no romance *A escrava Isaura*;<sup>43</sup> e, ainda antes, em 1871, por um panfletista que escreveu as seguintes palavras: “a sociedade fica estacionária, e a produção geral é quase nula a despeito da opressão desenvolvida em imensa escala de uma parte da nação [brancos] contra a outra [negros]”;<sup>44</sup> ou, ainda, como observou outro contemporâneo do processo de discussão da libertação do ventre, para o qual a escravidão estava condenada “pela economia política, que demonstra como o braço

<sup>41</sup> Joaquim Nabuco, *A escravidão*, Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988 [1870], p. 31.

<sup>42</sup> Malheiro, *A escravidão no Brasil* (Parte 3ª: Africanos), pp. 135-6.

<sup>43</sup> Ao que tudo indica, tal concepção é pautada num raciocínio de base iluminista. Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, não considerou que alguns instrumentos de controle social fossem eficazes: “tomai tudo, usurpai tudo e depois gastai o dinheiro a manchetes; erguei baterias de canhões; montai cadafalsos e rodas; promulgai leis e éditos; multiplicaí os espíões, os soldados, os carrascos, as prisões, as cadeias; pobres homenzinhos, de que vos serve tudo isso? Não sereis mais bem servidos, nem menos roubados, nem menos enganados, nem mais absolutos”. Cf. Jean-Jacques Rousseau, *Emílio, ou Da educação*, Trad. Roberto Leal Ferreira, 3ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 80.

<sup>44</sup> Parker, *Elemento servil*, p. 15.



livre produz mais e é mais eficaz e indústria [sic] do que o braço escravo”.<sup>45</sup> Assim, para Bernardo Guimarães, o apego à escravidão somente poderia ocorrer com indivíduos que não gozavam de elevados dotes morais e intelectuais, elemento que pode ser observado nas caracterizações que o narrador fez a respeito da classe senhorial.

### **Escravistas *versus* emancipacionistas no enredo romântico bernardino**

No romance de Bernardo Guimarães temos um embate – aparentemente secundário – entre senhores escravistas *versus* senhores emancipacionistas, protagonizado pelos personagens Leôncio e Álvaro, provavelmente direcionado – de forma indireta,<sup>46</sup> através das mulheres – aos senhores das regiões que ainda eram os bastiões da escravidão no império (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia) naquela década de críticas ao regime escravista, ou seja, àqueles que estiveram “até a véspera” apegados à escravidão.<sup>47</sup> Leôncio – senhor de Isaura –

<sup>45</sup> BB/USP, Adolfo Bezerra de Menezes, *A escravidão no Brasil e as medidas que convem tomar para extingui-la sem damno para a nação*, Rio de Janeiro: Typ. Progresso, 1869, p. 5.

<sup>46</sup> Daniela Magalhães da Silveira, em sua dissertação de mestrado, utilizando discussões (cartas) publicadas em periódicos, destaca que os homens liam os periódicos literários e de moda – como o *Jornal das Famílias* – com o objetivo de vigiar a moralidade das leituras a que elas eram expostas. Queixas houve de quem julgou algumas histórias (contos) imorais. Em anúncio da publicação de uma coletânea de poesias, pela Livraria Garnier, percebemos indícios da possibilidade de uma avaliação das leituras antes de serem entregues aos jovens e às moças: “podemos asseverar que as mães, a mais extremosa pode dar este livro a sua filha sem temer pela sua inocência; os homens encarregados da educação da mocidade podem ter certeza de encontrar nesta coleção as poesias mais próprias para formar o coração, ornar o espírito e apurar o gosto de seus discípulos”. Cf. AEL/Cecult, *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 51 (14/09/1859), p. 4; Daniela Magalhães da Silveira, “Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do *Jornal das Famílias*” (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2005).

<sup>47</sup> Azevedo menciona que províncias como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais foram fortes bastiões da escravidão em seu contexto nacional de crise. Aqui podemos incluir a Bahia, onde, especialmente no Recôncavo, os senhores ligados à produção açucareira estiveram “até a véspera” apegados à escravidão. Cf. Azevedo, *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil*, p. 184; B. J. Barickman, “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”, *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), pp. 177-238.



“era filho único do rico e magnífico comendador Almeida”, proprietário de uma “bela e suntuosa fazenda” na província fluminense. Era o único sucessor de uma rica herança.<sup>48</sup> Desde a infância, já demonstrava algumas características de sua personalidade, que foram acentuadas com a (má) educação que sofreu:

Leôncio achara desde a infância nas larguezas e facilidades de seus pais amplos meios de corromper o coração e extraviar a inteligência. Mau aluno e criança incorrigível, turbulento e insubordinado, andou de colégio em colégio, e passou como gato por brasas por cima de todos os preparatórios, cujos exames todavia sempre salvara à sombra do patronato. Os mestres não se atreviam a dar ao nobre e munífico comendador o desgosto de ver seu filho reprovado. Matriculado na escola de medicina logo no primeiro ano enjoou-se daquela disciplina, e como seus pais não sabiam contrariá-lo, foi-se para Olinda a fim de frequentar o curso jurídico. Ali depois de ter dissipado não pequena porção de fortuna paterna na satisfação de todos os seus vícios e loucas fantasias, tomou tédio também aos estudos jurídicos, e ficou entendendo que só na Europa poderia desenvolver dignamente a sua inteligência, e saciar a sua sede de saber, em puros e abundantes mananciais. Assim escreveu ao pai, que deu-lhe [sic] crédito e o enviou a Paris.<sup>49</sup>

É provável que, seguindo uma concepção iluminista rousseauiana, Bernardo Guimarães tenha argumentado que fora inadequado o processo de educação dado à personagem. Conforme Maria José de Queiroz, nosso literato foi leitor de Rousseau, Chateaubriand, Lamartine, Victor Hugo e Byron;<sup>50</sup> autores de obras com as quais possivelmente entrou em contato na cidade de São Paulo; autores que, entre 1847 e 1850, eram citados nas páginas dos *Ensaaios Litterarios*, periódico editado por uma “Associação de Acadêmicos” do curso de Ciências Sociais e Jurídicas, entre os quais Bernardo Guimarães.<sup>51</sup> A influência iluminista, no entanto, foi filtrada pela realidade brasileira, sendo o suíço Jean-

<sup>48</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 29.

<sup>49</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, pp. 29-30.

<sup>50</sup> Maria José de Queiroz, “Convite à leitura de Bernardo Guimarães”, *Revista Colóquio/Letras*, n. 83 (1985), p. 23.

<sup>51</sup> AEL/Cecult, *Ensaaios Litterarios*, São Paulo: 1847-1850.







Jacques Rousseau um referencial. Esse filósofo acreditou que o excesso de facilidades proporcionadas pelos pais à criança era a melhor forma para se estragar um indivíduo, questão presente na educação de Leôncio. Eis as palavras do filósofo setecentista:

Sabeis qual é o meio mais seguro de tornar miserável vosso filho? É acostumá-lo a obter tudo, pois crescendo seus desejos sem cessar pela facilidade de satisfazê-los, mais cedo ou mais tarde a impotência vos forçará, ainda que contra a vontade, a usar da recusa. E essa recusa inabitual dar-lhe-á um tormento maior do que a própria privação do que deseja.<sup>52</sup>

Verá nosso leitor que muito da consideração do filósofo foi também apresentado por Bernardo Guimarães, ao descrever o processo de educação de Leôncio. A essa questão inclui-se uma artimanha – que veremos abaixo – criada pelo pai de nosso personagem: sem recursos para manter a vida desregrada de seu filho na capital francesa, precisava trazê-lo de volta à sua fazenda. Instalado em Paris, Leôncio prosseguiu numa trajetória “acadêmica” semelhante à experimentada no Brasil,

[...] naquele vasto pandemônio do luxo e dos prazeres, Leôncio raras vezes, e só por desfastio, ia ouvir as eloqüentes preleções dos exímios professores da época, e nem tampouco era visto nos museus, institutos e bibliotecas. Em compensação era assíduo frequentador do Jardim Mabille, assim como de todos os cafés e teatros mais em voga, e tornara-se um dos mais afamados e elegantes leões dos bulevares.<sup>53</sup>

Diante de tal situação, que lhe causava um incômodo prejuízo financeiro, o pai de Leôncio buscou convencê-lo de que o interesse em retornar era dele. Essa artimanha indica que Leôncio fora criado para ser obedecido em todos os seus desejos, elemento que se acentua em seu obstinado e irracional desejo de possuir Isaura. Eis como é narrada a referida situação:

No fim de alguns anos, ora de residência em Paris, ora de giros pelas principais capitais da Europa, tinha ele [Leôncio] tão copiosa e desapi-

<sup>52</sup> Rousseau, *Emílio, ou Da educação*, p. 86. Em *Emílio* encontramos a maior apresentação rousseauiana sobre a educação.

<sup>53</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 30.



edadamente sangrado a bolsa paterna, que o comendador a despeito de toda a sua condescendência e ternura para com seu único e querido filho, viu-se na necessidade de revocá-lo à sombra dos pátrios lares a fim de evitar uma completa ruína. Mas, mesmo assim, para não magoá-lo colhendo-lhe súbita e rudemente as rédeas na carreira dos desvarios e dissipações, assentou de atraí-lo suavemente acenando-lhe com a perspectiva de um rico e vantajosíssimo casamento.<sup>54</sup>

Tais problemas em sua educação foram marcantes para a formação da personalidade de Leôncio. Em outro romance, Bernardo Guimarães já havia mencionado os perigos de uma má educação, mesmo apresentando a possibilidade de regeneração. Gonçalo, personagem principal do romance *O ermitão de Muquém* (publicado em 1858, em forma de folhetim), apresentava, para além de algumas características negativas, outras – dignas de um “herói” – que poderiam facilmente ser elogiadas, todavia, ao invés de utilizá-las “ao serviço da pátria e da liberdade”, “atirou-se em corpo e alma na carreira da devassidão e tornou-se um completo vadio, um famoso desordeiro”. Para o narrador, “entretanto, esse moço não era mau por natureza; *tinha no fundo excelente qualidade e generosos instintos de coração, que teriam feito dele um homem precioso, se não fosse a sua má educação* e a diabólica mania de querer passar pelo maior valentão do mundo”. Era necessária uma educação “adequada” para tolher as características consideradas negativas do personagem.<sup>55</sup> Talvez nosso literato tenha concordado com Rousseau, para quem precisamos ter nossas cabeças modeladas “por dentro pelos filósofos”, pela educação.<sup>56</sup>

Talvez, a má educação de Leôncio explique o seu apego à escravidão, quando muitos já julgavam o regime como economicamente irracional. “A ciência ensina, e os fatos demonstram: que o trabalho feito por braço escravo não pode competir com o que é feito por braço livre”, comentou, em 1869, o Dr. Adolfo Bezerra de Menezes.<sup>57</sup> Leôncio era

<sup>54</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 30.

<sup>55</sup> Bernardo Guimarães, “O ermitão de Muquém”, 1858, in Guimarães, *Quatro romances*, São Paulo: Livraria Martins, 1944, pp. 17-8. Grifo nosso.

<sup>56</sup> Rousseau, *Emílio, ou Da educação*, pp. 8 e 17.

<sup>57</sup> Menezes, *A escravidão no Brasil e as medidas que convem tomar para extingui-la*, p. 8.



um senhor que não apresentava elevados dotes intelectuais, considerando a sua biografia escolar. Conforme Célia Maria Marinho de Azevedo, em estudo comparativo sobre o abolicionismo nos Estados Unidos e no Brasil, no Império os abolicionistas utilizaram o tema da “irracionalidade e não lucratividade da escravidão”, elemento relacionado à base do abolicionismo, que era pautado por “um modo de raciocínio secular e iluminista”, ao contrário do abolicionismo estadunidense, cuja religião era um elemento central.<sup>58</sup> Conforme Emília Viotti da Costa,

No pensamento revolucionário do século XVIII encontram-se as origens teóricas do abolicionismo. Até então, a escravidão fora vista como fruto dos desígnios divinos; agora ela passaria a ser vista como criação de vontade dos homens, portanto transitória e revogável. Enquanto no passado considerava-se a escravidão um corretivo para os vícios e a ignorância dos negros, via-se agora, na escravidão, sua causa. Invertiam-se, assim, os termos da equação. Passou-se a criticar a escravidão em nome da moral, da religião e da racionalidade econômica. Descobriu-se que o cristianismo era incompatível com a escravidão; o trabalho escravo, menos produtivo do que o livre; e a escravidão uma instituição corruptora da moral e dos costumes.<sup>59</sup>

O próprio Bernardo Guimarães, nos romances *O garimpeiro* (1872) e *Rozaura, a enjeitada* (1883), citou um dos mais conhecidos representantes do iluminismo, o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau,<sup>60</sup> que, em seu *O contrato social* (1762), considerou a escravidão como ilegítima: “o direito de escravizar é nulo, não somente porque ilegítimo, mas porque absurdo e sem significação”. No capítulo IV, que trata “Da escravidão”, do “Livro I”, escreveu: “já que nenhum homem tem autoridade natural sobre seu semelhante, e uma vez que a força não produz direito algum, restam então as convenções como base de toda autoridade legítima entre os homens”.<sup>61</sup> É importante destacarmos que nosso

<sup>58</sup> Azevedo, *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil*, pp. 47 e 50.

<sup>59</sup> Costa, *A abolição*, p. 14.

<sup>60</sup> Bernardo Guimarães, *Rozaura, a enjeitada*, v. 1, Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1914 [1883], p. 100; Bernardo Guimarães, “O garimpeiro”, 1872, in *Quatro romances*, São Paulo: Livraria Martins, 1944, capítulo III.

<sup>61</sup> Jean-Jacques Rousseau, *O contrato social*, Trad. Antonio de Pádua Danesi, 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1996, “Livro I”.



literato, entre 1847 e 1851, viveu o ambiente da Faculdade de Direito de São Paulo, um dos importantes centros de formação da elite brasileira (“núcleo de um grande movimento intelectual”,<sup>62</sup> como descreveu o narrador, ao tratar de meados do século XIX), que se aproximava, à sua maneira, das ideias liberais de matriz francesa. Fundada em 1827, juntamente com a faculdade do Recife, foi um dos “mais importantes centros de recepção, elaboração e difusão de idéias à época”. Conforme Mariza Veloso Motta Santos e Maria Angélica Madeira,

Na Academia Paulista foi gestada a modalidade brasileira de Liberalismo, o que representou um *tour de force* de adaptação do modelo europeu, tendo em vista a conjuntura sócio-política brasileira, marcada por uma realidade escravocrata, por um Estado monárquico e patrimonial e, ainda, pela dependência econômica das nações centrais.<sup>63</sup>

Livros franceses, conforme Marisa Midori Deaecto, “aguçaram os espíritos das gentes de letras e habitavam as estantes de homens ilustres” no Brasil;<sup>64</sup> como destacou, em 1847, o acadêmico Bernardo Guimarães, “livros europeus rolam por todas as mãos, nós folheamos quotidianamente, conhecemos o que se passa e se pensa na Europa”.<sup>65</sup> Certamente, em tal ambiente cultural, que se “inspirava” na ilustração francesa, nossos intelectuais, ao refletirem sobre a realidade brasileira, uma realidade social escravista, empreenderam esforços para adaptar tais formas de pensamento. Joaquim Nabuco – quando cursava o quinto ano da Faculdade de Direito do Recife, após passagem pela de São Paulo – ao destacar a ilegalidade da escravidão, citou justamente Rousseau e Charles de Montesquieu,<sup>66</sup> dois conhecidos iluministas. O jovem Nabuco serviu-se justamente da máxima rousseauiana, na qual a propriedade –

<sup>62</sup> Guimarães, *Rozaura, a enfeitada*, v. 1, p. 7.

<sup>63</sup> Mariza Veloso Motta Santos e Maria Angélica Madeira, *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 70.

<sup>64</sup> Marisa Midori Deaecto, “B. L. Garnier e A. L. Garraux: destinos individuais e movimentos de conjunto nas relações editoriais entre a França e o Brasil no século XIX”, in Laurent Vidal & Tania Regina de Luca (orgs.), *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX* (São Paulo: Editora Unesp, 2009), pp. 421-2 e 425.

<sup>65</sup> AEL/Cecult, Bernardo Guimarães. “Reflexões sobre a Poesia Brasileira”, *Ensaios Litterarios: jornal de uma Associação de Academicos*, 1ª série, n. 2 (1847), p. 18.

<sup>66</sup> Nabuco, *A escravidão*, p. 73.





da terra – remonta ao “primeiro ocupante pelo trabalho”.<sup>67</sup> Nabuco considerou a impossibilidade de isso acontecer na propriedade de escravos, que, portanto, considerou ilegítima: “ocupação e trabalho são dois fatos que não se podem encontrar na espoliação da liberdade humana. Ocupam-se coisas, não pessoas”, destacou o jovem brasileiro.<sup>68</sup>

Na perspectiva, de base iluminista, de Bernardo Guimarães, a representação do senhor demasiadamente apegado à escravidão foi a de um ser irracional, que ignorava “a divisa do filósofo de Genebra [Rousseau] – liberdade, igualdade, fraternidade”.<sup>69</sup> É importante, no entanto, destacarmos que, ao servir-se de concepções iluministas, ele produziu um discurso favorável à perspectiva senhorial, um discurso essencialmente conservador, como o de muitos outros adeptos da “ideia liberal” do século XIX. Conforme Santos e Madeira,

A introdução do Liberalismo na cultura política brasileira apresentou a particularidade de – desvinculando a liberdade da igualdade – implantar um regime que garantisse as liberdades econômicas e mantivesse as desigualdades em uma sociedade escravista.<sup>70</sup>

Sérgio Adorno, em seu estudo sociológico sobre a formação dos bacharéis no Brasil imperial, que não raro ocuparam cargos importantes na constituição do Estado, destacou a tendência conservadora desses profissionais formados sob a égide do liberalismo:

Os construtores do Estado Nacional viveram, por sucessivas gerações e durante quase cem anos, acreditando que era preciso primeiro ser livre para poder ser democrático. Insistiram na questão da liberdade que lhes pareceu a ante-sala da soberania nacional. [...] atropelaram a herança revolucionária que os viu nascer no final do século XVIII para se transformarem em homens seguramente de seu tempo e apegados ao progresso: repudiaram o radicalismo ‘ultra-passado de 89’, em favor das ‘modernas’ posturas conservadoras, tão em moda na virada do século.<sup>71</sup>

<sup>67</sup> Rousseau, *Emílio, ou Da educação*, p. 107.

<sup>68</sup> Nabuco, *A escravidão*, p. 34.

<sup>69</sup> Guimarães, *Rozaura, a engeitada*, v. 1, p. 100.

<sup>70</sup> Santos & Madeira, *Leituras brasileiras*, p. 68.

<sup>71</sup> Adorno, *Os aprendizes do poder*, p. 75.



Enfim, nada de “idéias fora do lugar”, como sugeriu o crítico literário Robert Schwartz ao tratar da presença da ideologia liberal no Brasil do século XIX, um país cuja base produtiva era pautada no regime servil. Para ele, o império brasileiro vivia a contradição de ser um país escravista, ao mesmo passo que a escravidão não seria o nexó ideológico da sociedade: “por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais; o que, entretanto, é menos que orientar-lhes o movimento. Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexó efetivo da vida ideológica”.<sup>72</sup> Ao contrário, nosso liberalismo não esteve dissociado da escravidão, tendo sido muito bem adaptado pelos intelectuais que com ele entraram em contato.

Voltemos à caracterização da personagem Leôncio, que era um “digno herdeiro de todos os maus instintos e da brutal devassidão do comendador”, “um senhor perverso e brutal”. Para o narrador, essa personagem era um “homem de sombria catadura, que se lhe apresentava aos olhos [de seu rival] implacável e sinistro como Lúcifer, prestes a empolgar a vítima que desejava arrastar aos infernos”, a ponto de provocar sensações desagradáveis: “suor frio porejou-lhe pela testa, e a mais pungente angústia apertou-lhe o coração”, eis as sensações de Álvaro ao conhecer Leôncio.<sup>73</sup> O escravista é demonizado, aumentando ainda mais o contraste com outras personagens, como Álvaro e Isaura, que são exemplos de virtude. Tais características, presentes em Leôncio, então senhor de Isaura, certamente acentuaram os sofrimentos da dócil e “educada” escrava.

Enfim, Leôncio é o típico antagonista do “romance romântico”, aquele para o qual é repelida a possibilidade de uma identificação com o leitor imaginado. Suas características são exageradas; além de um perverso e irracional escravista, esse personagem era – apesar das oportunidades que teve – um indivíduo inculto. Certamente, sendo assim, seria detestado numa sociedade que se imaginava – ou almejava ser – culta e ilustrada aos moldes europeus. Sem dúvida, as ideias europeias (aqui

<sup>72</sup> Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000, p. 15.

<sup>73</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, pp. 39, 64 e 186.



incluídas as liberais) foram um importante meio que conferia relevo social, todavia, não consideramos que a sua apropriação tenha sido um simples engodo, com o fim de efetivar o referido objetivo, como já se chegou a sugerir.<sup>74</sup> Talvez, nos traços de personalidade do senhor escravista esteja um elemento mais explicitado por Joaquim Nabuco, argumentando que “a escravidão degrada a alma do escravo e do senhor”:

A escravidão é como um desses venenos que se infiltram pelo perfumes: ela se infiltra pelo egoísmo. Depois de se haver introduzido na sociedade e de ter alimentado uma raça à custa da outra ela corrompe a ambas. Duas palavras únicas temos a dizer a respeito: que vícios não devem ter uma alma que obedece, que está sempre curva e humilhada, que rasteja diante de um homem? que às vezes é a encarnação de todos os crimes? *Que vícios por outro lado não deve ter aquele que está habituado a mandar e não ser mandado, a castigar a homens como a animais, a contemplar a máxima degradação da nossa natureza, a satisfazer brutalmente a todos os seus caprichos? Nada há mais parecido com a alma de um senhor do que a de um escravo.*<sup>75</sup>

Questão, aliás, também explicitada por Joaquim Caetano da Silva Guimarães, irmão de nosso literato, em finais da década de 1850. Para ele, “o senhor e o escravo são vítimas mutuamente, e é o senhor sem dúvida quem mais sensivelmente carece com as conseqüências das coisas”.<sup>76</sup> Joaquim Caetano, também um bacharel, em seu artigo sobre a “Agricultura em Minas”, publicado no jornal *A actualidade*, criticou aqueles que, ao tratarem da escravidão, depreciavam o senhor sem refletir sobre o regime escravista; implicitamente, criticou também a utilização não refletida das concepções filosóficas de Rousseau. Para ele,

A imaginação de nossos filantropos pinta sempre o senhor armado de azorrague, e o escravo como mera vítima, que consome sua existência em trabalhos exorbitantes, entregue a fome e a nudez.

O escravo nasce livre das mãos da natureza, segundo o contrato social

<sup>74</sup> Cf. Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, pp. 18-9.

<sup>75</sup> Nabuco, *A escravidão*, pp. 41-2. Grifo nosso.

<sup>76</sup> AEL/Cecult, “Agricultura em Minas VI”, *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 33 (02/07/1859), pp. 2-3.



de Rousseau, e medita dia e noite na reivindicação de sua liberdade. Eis o tema favorito de tantas declamações exageradas, e estereis, que diariamente estamos ouvindo. E, com efeito que assunto inesgotável para os que gostam de dissertar sobre lugares comuns e questões de nome!<sup>77</sup>

Também para Bernardo Guimarães a escravidão foi considerada prejudicial à classe senhorial, à “sociedade”. Mas seus efeitos não eram considerados irreversíveis. Sendo instruídos e em contato com concepções políticas e filosóficas como o liberalismo (de matriz conservadora), os próprios senhores poderiam resolver o “problema” da escravidão. Exemplo disso é o personagem que apreciaremos a seguir. Ademais, sendo o narrador, um divulgador da “Economia Política”, como sugerimos, o que estava em questão não era a ausência de bons sentimentos no referido personagem, mas sim os efeitos econômicos que essa bondade (ou sua ausência) poderia ter. Pois, “do ponto de vista da economia social”, apresentada por Luis Barbosa da Silva, em 1871, “nenhuma importância tem em si mesma a inteligência ou a bondade de um indivíduo qualquer, senão em relação ao efeito que possa ter essa bondade e inteligência na produção, consumo e distribuição da riqueza”.<sup>78</sup>

Álvaro – personagem que se opõe a Leôncio – por outro lado, é o generoso redentor de Isaura, que enfrentava uma vida de sofrimentos sob o domínio de seu rival. É o protagonista, o herói da história romântica. Com ele, sim, o leitor se deveria identificar e as leitoras brancas, caridosas e civilizadas, almejá-lo enquanto tipo ideal para seu futuro marido. Era “filho único de uma distinta e opulenta família” do Recife, “na idade de vinte e cinco anos, era órfão de pai e mãe, e senhor de uma fortuna de cerca de dois mil contos” que herdou.<sup>79</sup> Diferentemente de Leôncio,

Tendo concluído os preparatórios, como era filósofo, que pesava gravemente as coisas, ponderando que a fortuna de que pelo acaso do nascimento era senhor, por outro acaso lhe podia ser tirada, quis para ter uma

<sup>77</sup> AEL/Cecult, “Agricultura em Minas VI”, p. 3.

<sup>78</sup> Parker, *Elemento servil*, p. 19.

<sup>79</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 113.





profissão qualquer, dedicar-se ao estudo do Direito. No primeiro ano, enquanto não pairava pelas altas regiões da filosofia do direito, ainda achou algum prazer nos estudos acadêmicos; mas quando teve de embrenhar-se no intrincado labirinto dessa árida e enfadonha casuística do direito positivo, seu espírito eminentemente sintético recuou enfadado, e não teve ânimo de prosseguir na senda encetada.<sup>80</sup>

Assim como seu rival, abandonou os estudos, todavia por motivações distintas. Álvaro era filosoficamente contra o direito praticado. Era ele

Alma original, cheia de grandes e generosas aspirações, aprazia-se mais na indagação das altas questões políticas e sociais, em sonhar brilhantes utopias, do que em estudar e interpretar leis e instituições, que pela maior parte, em sua opinião, só tinham por base erros e preconceitos os mais absurdos.<sup>81</sup>

“Tinha ódio a todos o privilégios e distinções sociais”. Era um personagem “avançado”, “era liberal, republicano e quase socialista”.<sup>82</sup> Talvez, ao destacar a filiação ideológica de sua personagem, o literato – também ele liberal – tenha buscado incutir entre seus companheiros de ideologia qual era a melhor forma de conduzir a emancipação.<sup>83</sup> Aliás, “liberal” configura-se como um elogio no romance, sendo, conforme a posição política defendida no periódico *A actualidade*, essencial para o avanço do Brasil;<sup>84</sup> questão mais bem explicitada em artigo publicado no mesmo periódico, de autoria de Francisco de Paula Ferreira e Costa, para quem,

<sup>80</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 113.

<sup>81</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 113.

<sup>82</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 114.

<sup>83</sup> Conforme Dilermando Cruz, “em 1859 [Bernardo Guimarães] passou a residir no Rio de Janeiro, incumbindo-se da parte literária na redação da *Actualidade*, folha política, de doutrina liberal”. Em 1884, ano em que faleceu, era um dos colaboradores do *Liberal Mineiro*, um “órgão do partido liberal” em Ouro Preto. Observamos os exemplares de *A actualidade* (cujos textos em sua maioria não apresentam autoria, todavia há neles muitas notícias sobre a província de Minas Gerais), referente ao período em que nosso literato foi um dos redatores do periódico (1859-1860); com efeito, o debate político nele impresso denota ser ele de matriz liberal. Cf. Dilermando Cruz, *Bernardo Guimarães: perfil bio-biblio-literário*, 2ª ed., Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1914, p. 21; “Bernardo Guimarães”, *Liberal Mineiro*, ano 7, n. 28, Ouro Preto, MG, 11/03/1884, p. 1. Arquivo Público Mineiro (APM), Jornais Mineiros; AEL/Cecult, *A actualidade*, Rio de Janeiro, 1859-1860.

<sup>84</sup> AEL/Cecult, “A idéia liberal”, *A actualidade: jornal politilto, litterario e noticioso*, ano 2, n. 101, Rio de Janeiro, 29/09/1860, p. 1.



o partido liberal, a idéia nova, representando a *liberdade* e a *ordem*, é a estrela que luz e que mostra-se [sic] radiante nos horizontes da pátria, acenando-lhe um futuro de felicidades, abrindo um campo livre e bem vasto ao progresso do povo brasileiro.<sup>85</sup>

Segundo Izabel Andrade Marson,

os abolicionistas – liberais autênticos – são homens bons, dedicados a uma grande causa: emancipar todos os escravos do Brasil, cumprindo assim um “mandato” que a raça negra lhes conferiu, uma vez que a sociedade brasileira não permite que ela atue em causa própria, nem pela lei, nem pela força.<sup>86</sup>

Eis a proposta liberal emancipacionista de Bernardo Guimarães e de outros bacharéis, a exemplo de Silvio Romero, que assim expôs a questão da emancipação dos escravos:

Quero a libertação dos escravos pelo meio prático de uma *reductio ad absurdum* da escravidão, sem que para isto se lhe marque um prazo; porque esta idéia foi repelida, e sem que seja necessário inverter a historia de nossa civilização, que é uma civilização fundada pelos brancos e não inventada pelos negros. *Não exijo destes que renunciem e posterguem a sua raça, mas deixem aos brancos o direito de também defenderem a sua*. Quero a libertação como o resultado de uma transformação orgânica da sociedade, e não como um produto das declamações sem alvo do Sr. Nabuco, ou uma inversão das teorias negristas; *quero-a, como a devem querer aqui os representantes do espírito civilizador europeu*.<sup>87</sup>

Voltemos ao enredo romântico. Álvaro, o “redentor” de Isaura, é o seu grande protagonista, elemento que não podemos ignorar, ao buscarmos compreender a perspectiva antiescravista do literato, cuja mais conhecida obra indica que a extinção da escravidão se deveria dar pelos

<sup>85</sup> AEL/Cecult, Francisco de Paula Ferreira e Costa, “O futuro do Brazil e o partido liberal”, *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso*, ano 2, n. 100, Rio de Janeiro, 22/09/1860, p. 4.

<sup>86</sup> Izabel Andrade Marson, “Liberalismo e escravidão no Brasil: Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re(criação) do progresso”, *Revista USP*, n. 17 (1993), p. 112.

<sup>87</sup> Romero, “A questão do dia: a emancipação dos escravos”, pp. 202-3. Grifos nossos, exceto das palavras em latim.



meios tradicionais de concessão de alforrias, visando garantir a “gratidão” do liberto. O referido personagem era um emancipacionista, mas não só de palavras, uma vez que, “consistindo em escravos uma não pequena porção da herança de seus pais, tratou logo de emancipá-los todos”,<sup>88</sup> com toda a prudência não somente de “filantrópico”, mas também de um filósofo. Enfim, era um embate de indivíduos de características bastante divergentes, cujo maniqueísmo romântico atribuía a vitória ao “bom” senhor, liberal, culto e abolicionista moderado.<sup>89</sup>

O embate entre escravistas e emancipacionistas liga-se às características e às pretensões das personagens envolvidas no conflito. Ambos lutavam por Isaura, ou melhor, pelo seu destino. Leôncio, pelo desejo de exercer – exageradamente – sua prerrogativa senhorial sobre a gentil escrava, o que incluía usufruir sexualmente de seu corpo, enfim, mantê-la num aviltante cativeiro, mesmo que, para tanto, julgasse necessário o emprego da força,<sup>90</sup> questão que, em 1883, o autor apresentou novamente aos seus leitores, através da história de um senhor que, como Leôncio, também abandonou os estudos, não possuindo também elevados dotes intelectuais:

Era de inteligência um pouco menos que medíocre: tanto assim, que apesar de contar já os seus vinte e sete anos, apenas à custa de muito patronato e de muito alisar os bancos da Academia tinha podido içar-se até o terceiro ano. Se já era por natureza algum tanto avesso às letras, a vida matrimonial, e a tal ou qual opulência [garantida pelo sogro], que entrou a fruir, acabaram de lhe tirar completamente o gosto pelo estudo. Perdeu o ano, e não pode fazer ato.<sup>91</sup>

Enfim, parece que, para o narrador, certos comportamentos somente ocorriam com indivíduos com determinado perfil, a saber, com uma preparação intelectual mal sucedida (ou incompleta), que não gozavam suficientemente da razão (ciência). Vejamos como agiu o referi-

<sup>88</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 114.

<sup>89</sup> Sobre o maniqueísmo de Bernardo Guimarães, ver Massaud Moisés, *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*, v. 1, São Paulo: Editora Cultrix, 2001, p. 486.

<sup>90</sup> “Isaura era propriedade sua, e quando nenhum outro meio fosse eficaz, restava-lhe o emprego da violência”. Cf. Guimarães, *A escrava Isaura*, pp. 39 e 95.

<sup>91</sup> Guimarães, *Rozaura, a engeitada*, v. 2, p. 16.



do personagem, cuja história se assemelha à de Leôncio. Tendo feito muitas promessas a uma jovem escrava – mucama de sua filha – que “opunha sempre a mais rude e obstinada negativa”, passou a realizar intimidações, visando dobrar a firmeza da jovem:

Com as repulsas e esquivações ainda mais recrudescia a febre de ardente sensualismo que abrasava o sangue de Moraes; depois de ter empregado em vão todos os meios de sedução ao seu alcance, lançou mão também das mais terríveis ameaças.

— Si não cederes a meus desejos, Rozaura, — dizia-lhe ele nos transportes de sua insensata e lasciva paixão — vendo-te aí a qualquer senhor libertino e sem coração, que fará contigo o que eu não posso, nem tenho ânimo de fazer; que te amarrará de pés e mãos, e fará de ti o que muito bem quiser.<sup>92</sup>

Maria Inês Côrtes de Oliveira, utilizando-se dos dados disponíveis nos testamentos, no que concerne ao reconhecimento de filhos de senhores com escravas, menciona que um dos traços da sociedade escravista, cujo domínio era exercido pelo homem, era que a escrava, além de explorada enquanto força de trabalho, poderia ser também sexualmente assediada.<sup>93</sup> Joaquim Nabuco, em 1870, ao fazer sua breve análise sobre a “mocidade” da escrava, destacou:

A escrava, essa, de quinze a dezesseis anos, às vezes antes, nos limites da impuberdade, é entregue, já violada, às senzalas. Aquela nasceu virtualmente sem honra. Ao alcance da primeira violência, sem proteção, sem tribunal, sem família, sem lei para que apelar, que pode ela contra a cilada? Não há para ela exemplo senão o da corrupção, e assim a moça de quinze anos é logo a mulher pública da senzala.<sup>94</sup>

Enfim, o que temos é o quadro do senhor, degradado pelos vícios da escravidão, que, de forma “criminosa” (como expôs Nabuco), tinha coragem para “deflorar pobres mulheres”,<sup>95</sup> questão para a qual os do-

<sup>92</sup> Guimarães, *Rozaura, a enfeitada*, pp. 22-3.

<sup>93</sup> Maria Inês Côrtes de Oliveira, *O libertino: seu mundo e os outros*, São Paulo: Corrupio, 1988, p. 68.

<sup>94</sup> Nabuco, *A escravidão*, p. 51.

<sup>95</sup> Nabuco, *A escravidão*, p. 42.



tes físicos das escravas poderiam contribuir – ou pretensamente justificar – como também ocorreu com Juliana, a mãe de nossa gentil escrava Isaura:

Isaura era filha de uma linda mulata, que fora por muito tempo a mucama favorita e a criada fiel da esposa do comendador. Este, que como homem libidinoso e sem escrúpulos olhava as escravas como um serralho à sua disposição, lançou olhos cobiçosos e ardentes de lascívia sobre a gentil mucama. Por muito tempo resistiu ela às ameaças e violências. Tão torpe e bárbaro procedimento não pôde por muito tempo ficar oculto aos olhos de sua virtuosa esposa, que com isso concebeu mortal desgosto.<sup>96</sup>

Ou, ainda, com a “escrava” Rozaura – na verdade uma jovem livre que, tendo sido batizada como filha de uma cativa que faleceu após o nascimento, foi escravizada – cujo senhor, um personagem bernardino, dado ao público em 1883, tendo “a força de contemplar todos os dias as belezas plásticas da formosa Rozaura [...] se foi deixando arrastar por uma paixão insensata e frenética por ela”.<sup>97</sup> Aliás, a imagem da mulata como sensual e sedutora não se constituiu novidade na produção intelectual brasileira.

Sem dúvida, senhores não faltaram que, como o personagem Leôncio, se deixaram seduzir pelos propalados “encantos” das negras e das mulatas. Tal questão não escapou sequer aos olhos estrangeiros que por aqui passaram. Conforme a parisiense Adèle Toussaint-Samson, que esteve no Brasil entre 1850 e 1862, “muitos homens acham belas essas negras [minas]”, a despeito de ela julgar apenas “mais que um tipo bastante feio”. Em suas memórias, publicadas em 1883 (na França e no Brasil), as negras tinham “cintura bem-feita e muito arqueada e seu andar, de passo desembaraçado, é sempre acompanhado de um movimento de quadris bem provocante”. Nas exageradas considerações de Adèle, “não é raro ver estrangeiros, principalmente ingleses, sustentá-las e fazer loucuras por elas”.<sup>98</sup> Por mais exagero que possam ter as

<sup>96</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, pp. 32-3.

<sup>97</sup> Guimarães, *Rozaura, a engeitada*, v. 2, p. 22.

<sup>98</sup> Adèle Toussaint-Samson, *Uma parisiense no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003 [1883], pp. 82-4.



palavras de Adèle Toussaint-Samson, uma mulher branca, europeia e letrada, que julgava que as negras “depravam e envenenam a juventude do Rio de Janeiro”, não podemos ignorar a existência de comportamento senhorial como o descrito por ela, o que o narrador buscava evitar.

Por outro lado, Álvaro, nosso liberal e emancipacionista personagem, movido por sentimentos humanitários e uma nobre paixão, desejava livrar Isaura da escravidão e desposá-la: “enquanto em meu peito pulsar um coração, hei de disputar Isaura à escravidão com todas as minhas forças, e espero que Deus me favoreça em tão justa e bela causa”, disse ele, prosseguindo: “hei de empregar todos os esforços ao meu alcance para libertar a infeliz do afrontoso jugo que a oprime. Para tal empresa alenta-me não somente um impulso de generosidade, como também o mais puro e ardente amor, sem pejo o confesso”.<sup>99</sup>

Enfim, em *A escrava Isaura*, temos uma conhecida fórmula romântica, cujos enredos envolvem um herói e uma heroína, brancos, cultos e “civilizados” (protagonistas), pelos quais os leitores se deveriam comover e com eles se identificar e, de outro lado, um vilão (um ser repulsivo que deveria ser detestado), que se antepõe à efetivação de uma história de amor marcada por um obstáculo (a escravidão), que adia para os últimos momentos a união entre os enamorados. Nesse sentido, temos uma técnica, ainda habitual, que busca prender a atenção do leitor ao mesmo passo em que lhe procura incutir valores morais: no romance bernardino, as características negativas do escravista acabaram por lhe ocasionar a ruína moral e econômica. Eis, como veremos, o ensinamento implícito em *A escrava Isaura*.

### A solução vitoriosa

As caracterizações e as pretensões dos senhores/personagens que apreciamos seriam suficientes para chegarmos a algumas considerações sobre a mensagem posta por Bernardo Guimarães em *A escrava Isaura*. Todavia, elas não ficariam completas sem compreender como nosso escritor resolveu o impasse entre os personagens. Portanto, vejamos

<sup>99</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, pp. 166-7.





como se forjou a vitória emancipacionista (essencial para a concretização do amor entre Álvaro e Isaura) sobre a escravista no romance de Bernardo Guimarães. O “inculto” Leôncio, por

Seus desvarios e extravagâncias, e por último sua nefasta e insensata paixão por Isaura, fizeram-no perder de todo a cabeça, arrojando-se em um plano inclinado de despesas ruinosas, sem cálculo nem previsão alguma. Com os enormes dispêndios que teve de fazer em consequência da fuga de Isaura, mandando procurá-la por todos os cantos do império, acabou de cavar o abismo de sua própria ruína. Em pouco tempo o jovem fazendeiro estava de todo insolvente, sem um real em caixa, e com uma multidão de letras protestadas na carteira de seus credores.<sup>100</sup>

Foram os custos com a fuga de Isaura que intensificaram os problemas financeiros do escravista, que ainda via diminuir sua autoridade moral sobre os demais escravos. Tais problemas são atribuídos ao caráter de Leôncio e de seu pai, o “devasso” comendador. Conforme é narrado,

[...] a casa de Leôncio, já desde os últimos anos de vida de seu pai, ia em contínuo regresso e dismantelamento. O velho comendador, entregando-se no último quartel da vida a excessos e devassidões, que nem na mocidade são desculpáveis, vivendo quase sempre na corte, e deixando quase em completo abandono a administração da fazenda, havia esbanjado não pequena porção de sua fortuna.<sup>101</sup>

Ademais, o romance foi escrito em 1874 – e publicado em 1875 – portanto, três anos depois da Lei do Ventre Livre, período em que se destaca uma intensificação de fugas de cativos, questão relacionada ao uso, por parte dos escravizados, dos expedientes da referida Lei como meio de barganha de melhores condições de existência e, sobretudo, da liberdade.<sup>102</sup> No entanto, Bernardo Guimarães opta – nesse aspecto –

<sup>100</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, pp. 228-9.

<sup>101</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 228.

<sup>102</sup> Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Eduardo Silva, “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”, in João José Reis & Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989), pp. 62-78.



por destacar os “excessos e [as] devassidões” da classe senhorial como comportamentos extremamente prejudiciais à sociedade que ele buscou analisar, propondo transformações/reformas. Em romance anterior a *A escrava Isaura*, já havia destacado que “excessos e devassidões”, “em todas as sociedades são sempre um princípio de desorganização”,<sup>103</sup> características que, como vimos, estavam presentes no senhor Leôncio. Ademais, as frustradas investidas do pai de Leôncio em sua “educação” também consumiram uma boa parcela de sua fortuna. Mas foi, principalmente, a manutenção da escravidão que acirrou os problemas financeiros de Leôncio:

Por efeito da má administração, não só as safras começaram a escassear consideravelmente, como também o número de escravos foi-se reduzindo pela morte e pelas freqüentes fugas, sem que tanto o comendador como seu filho deixassem de substituí-los por outros novos, que iam comprando a prazo, tornando cada vez mais pesado o ônus das dívidas.<sup>104</sup>

Em tal discurso fica implícito que, sob o trabalho escravo, as safras decresciam, causando prejuízos ao senhor, que também possuía dificuldades em adquirir novos cativos. Não podemos ignorar que tal questão era importante na segunda metade do século XIX – quando o romance foi escrito – especialmente em virtude do fim do tráfico internacional de negros e o consequente encarecimento do trabalhador cativo. Os prejuízos com a escravidão aumentavam em virtude do capital investido na compra de escravos, questão também mencionada no já aqui referenciado artigo de Joaquim Caetano da Silva Guimarães, que julgava o trabalho escravo como improdutivo, a ponto de, em algumas situações, não compensar sequer o valor monetário pago no momento da compra do cativo. Segundo ele,

No tempo em que o africano custava cem oitavas de ouro, os fazendeiros os compravam a prazo, e muitas vezes levavam dois ou três anos a fazer o pagamento de um ou dois escravos; si o comprador não era econômico e trabalhador, via-se na dura necessidade de restituir os mesmos escravos para saldar sua dívida. A razão disto é clara: até a data

<sup>103</sup> Bernardo Guimarães, *Lendas e romances*, São Paulo: Livraria Martins, s/d [1871], p. 31.

<sup>104</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 228.







da cessação do tráfico *o escravo ocupado na lavoura não produzia três por cento de seu valor; não levando em conta a mortalidade, doenças, fugas, etc.*<sup>105</sup>

Ao que tudo indica, no artigo intitulado “Agricultura em Minas”, o irmão de nosso literato apresentou discussões que compactuavam com aquilo que Bernardo Guimarães pensava, tendo-se ele servido das discussões em torno da emancipação em sua província para escrever o romance. Provavelmente, o referido artigo chegou à imprensa da Corte pelas mãos de Bernardo Guimarães, que então trabalhava na redação do jornal *A actualidade*. No texto, há um discurso semelhante ao explicitado por imigrantistas, que alegavam a superioridade econômica do trabalho livre: noção com que, provavelmente, o autor entrou em contato em São Paulo, quando ainda era estudante, tendo por base as iniciativas do senador Vergueiro, o que o próprio narrador nos sugere, em 1883, no romance *Rozaura, a engeitada*, obra com certo tom de memórias que relatam momentos de personagens do curso jurídico da cidade de São Paulo de meados da década de 1840, a qual, conforme o escritor,

[...] conservava ainda quentes as cinzas de Diogo Antonio Feijó, que ainda escutava os ecos das vozes patrióticas e eloqüentes de Antonio Carlos e Martins Francisco, e que ainda não pranteava sobre o túmulo de dois ilustres cidadãos. *Modelos venerados de patriotismo e virtudes cívicas – Vergueiro e Paula Souza.*<sup>106</sup>

De fato, quando da estada do estudante Bernardo Guimarães em São Paulo, ainda não se “pranteava sobre o túmulo” do “ilustre” senador Vergueiro, um dos pioneiros na introdução de trabalhadores emigrados da Europa para o Brasil. Essa referência, de autoria do próprio escritor, sem dúvida, indica um pouco do contexto que encontrou na Província de São Paulo: um contexto de debate imigracionista e de extinção do tráfico internacional de negros. Foi justamente em 1847 – ano em que Bernardo se tornou bacharelado – que “chegaram à fa-

<sup>105</sup> AEL/Cecult, “Agricultura em Minas II”, *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 28 (15/06/1859), p. 3.

<sup>106</sup> Guimarães, *Rozaura, a engeitada*, v. 1, p. 7. Grifo nosso.



zenda Ibicaba os primeiros imigrantes, estabelecendo-se como colonos para trabalhar na colheita do café, iniciando um empreendimento que, em seguida, seria acatado por vários cafeicultores da Província”,<sup>107</sup> questão que certamente deve ter sido um aprendizado extracurricular de muitos bacharelados que, posteriormente, se envolveram nos debates emancipacionistas. Ademais, Vergueiro era considerado “um dos mais estrênuos e leais defensores das idéias liberais”, sendo seu pensamento elogiado posteriormente, inclusive no periódico *A actualidade*.<sup>108</sup>

Tratemos da personagem que há tempos abandonamos. Álvaro, que já havia emancipado seus escravos, ou seja, já havia adotado o trabalho livre em sua fazenda, não conheceu redução de safra nem tampouco perdeu sua autoridade sobre seus libertos, que se mantiveram em sua fazenda. É provável que tal solução tenha sido uma estratégia do literato para demonstrar aos senhores a viabilidade da emancipação, conduzida sob os auspícios senhoriais, fundamental para manter a autoridade sobre os escravos/libertos. Enfim, no discurso de Bernardo Guimarães, manter a escravidão não era moral e economicamente viável. Voltemos à personagem Leôncio e sua ruína.

Para tentar resgatar Isaura, Leôncio – que, como vimos, já não gozava das melhores condições financeiras – empenhou muitos de seus recursos, “mandando procurá-la por todos os cantos do império”, e ainda ofereceu generosa gratificação. Aliás, a própria dimensão do texto do anúncio, assim como a gratificação oferecida, nada tinham de modestas, questão que certamente lhe imputava não pouco dispêndio financeiro. Vejamos o minucioso “grande anúncio em avulso, que veio do Rio de Janeiro, e foi distribuído por toda a cidade com o *Jornal do Commercio*”,<sup>109</sup> através da leitura da personagem Martinho (que atuou na tentativa de capturar a fugitiva):

<sup>107</sup> Sobre a imigração em São Paulo, com algumas referências ao senador Vergueiros, ver Carolina Lima de Souza, “As primeiras experiências com o trabalho livre imigrante em Campinas no século XIX” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas, 2008), especialmente, pp. 7-11.

<sup>108</sup> AEL/Cecult, “O senador Vergueiro”, *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 53 (24/09/1859), p. 1.

<sup>109</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 141.



Fugiu da fazenda do Sr. Leôncio Gomes da Fonseca, no município de Campos, província do Rio de Janeiro, uma escrava por nome Isaura, cujos sinais são os seguintes: Cor clara e tez delicada como de qualquer branca; olhos pretos grandes; cabelos da mesma cor, compridos e ligeiramente ondedados; boca pequena, rosada e bem feita; dentes alvos e bem dispostos; nariz saliente e bem talhado; cintura delgada, talhe esbelto, e estatura regular; tem na face esquerda um pequeno sinal preto, acima do seio direito um sinal de queimadura, mui semelhante a uma asa de borboleta. Traja-se com gosto e elegância, canta e toca piano com perfeição. Como teve excelente educação e tem uma boa figura, pode passar em qualquer parte por uma senhora livre e de boa sociedade. Fugiu em companhia de um português, por nome Miguel, que se diz seu pai. Quem a apreender, e levar ao dito seu senhor, além de se lhe satisfazerem todas as despesas, receberá a gratificação de 5:000\$000.<sup>110</sup>

A gratificação oferecida foi bastante elevada (cinco contos de réis). Tal valor correspondia a pelo menos 2,5% da fortuna de Leôncio, cuja “fazenda de Campos, com escravos e todos os demais acessórios, não excederá talvez a duzentos” contos. Julgamos que, aqui, o escritor enfatizou a questão do custo econômico para manter o regime servil. Num período que historicamente se aproxima do da narrativa de Bernardo Guimarães, que se passa “nos primeiros anos do reinado do Sr. D. Pedro II”,<sup>111</sup> o alemão Eduardo Laemmert, proprietário da Tipografia Universal, redigiu anúncio, no qual ofereceu gratificação para quem apreendesse seu escravo de nome Fortunato que, além de cozinhar e entender de “plantações da roça”, sabia “trabalhar de encadernador”. Tanto o anúncio (em número de caracteres) quanto a gratificação oferecida são singelos, se comparados à recompensa ficcional do romance de Bernardo Guimarães. Eis o anúncio de Laemmert:

CRIULO FUGIDO  
RS. 50\$000 DE ALVIÇARAS

Anda fugido, desde o dia 18 de Outubro de 1854, o escravo crioulo de nome FORTUNATO, de 20 e tantos anos de idade, com falta de dentes na frente, com pouca ou nenhuma barba, baixo, reforçado, e picado de

<sup>110</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 143.

<sup>111</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, pp. 21 e 228.



bexigas que teve ha poucos anos, é muito pachola, mal encarado, fala apressado e com a boca cheia olhando para o chão; costuma as vezes andar calçado intitulado-se forro, e dizendo chamar-se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador, e entende de plantações da roça, donde é natural. Quem o prender, entregar á prisão, e avisar na corte ao seu senhor Eduardo Laemmert, rua da Quitanda n.º 77, receberá 50\$000 de gratificação.<sup>112</sup>

O anúncio de Eduardo Laemmert, por este ser o proprietário da Tipografia Universal, certamente teve seu custo reduzido, se comparado ao do romance bernardino. Leve-se ainda em conta que Laemmert produziu seu anúncio em sua própria oficina, resultando num menor custo. Nessa comparação – permitida pela tentativa de criar anúncio quase real da parte do literato – entre o ficcional e o real, percebemos o tom desmedido da ação do escravista Leôncio. Resultado: a sua ruína, devido a uma vida desregrada e aos custos com a manutenção da escravidão. Destacar que esses custos eram inviáveis foi também o expediente adotado, em 1871, por um panfletista, ao referir-se às especulações de que, com a extinção da escravidão, os ex-escravos se entregariam à ociosidade:

Os senhores de terras, que têm estabelecimentos montados, engenhos, etc., aliviados do peso imenso e improdutivo da fiscalização, vigia e compressão dos trabalhadores, terão que exercitar e pois desenvolver muito mais as suas faculdades, pensamentos e disposição industriais; acostumar-se-hão a melhorar hábitos de ordem em vez dos de dissipação do atual regime; e longe de esterilizarem-se nas ímprobas funções que hoje exercem, virão a ser órgãos poderosos de produção.<sup>113</sup>

É significativo que, no romance bernardino, a tentativa de capturar Isaura tenha aumentado as dívidas do escravista Leôncio. Outros

<sup>112</sup> *Crioulo fugido. RS. 50\$000 de alviçaras*, Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1854. Foto-reprodução do documento (um folheto) é apresentada em BN. *Registros escravos: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional*. Lilia Moritz Schwarcz & Lúcia Garcia (org.) (Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006), p. 126. A localização física no acervo da Biblioteca Nacional é ICO, VOL 107.

<sup>113</sup> Parker, *Elemento servil*, p. 23.





observadores também trataram das vantagens monetárias que ocorreriam com a emancipação (ou as desvantagens da manutenção da escravidão), incluindo a possibilidade de aumento de capitais que antes eram imobilizados com a compra de escravos, a exemplo do Dr. Bezerra de Menezes. Para ele, “não existindo a necessidade de empregar na compra de novos escravos, as economias que realiza, pode ele [o senhor] empregá-las todas em um fundo de reserva, que vai aumentando todos os anos o valor de sua fortuna e o patrimônio de seus filhos”,<sup>114</sup> questão que, na prosa romântica, favoreceu o personagem senhorial emancipacionista que, com o objetivo de resgatar a gentil escrava do jugo da escravidão – e com fundos disponíveis – adquiriu as posses do escravista que “estava de todo insolvente, sem um real em caixa, e com uma multidão de letras protestadas na carteira de seus credores”, como já referido. Essa condição tornava favorável a possibilidade de uma cruel vingança por parte de Álvaro que, por sua índole, opta por não fazê-la:

[...] a despeito da aversão e desprezo que Leôncio lhe merecia, Álvaro não pretendia levar ao último extremo os meios de vingança, que por um acaso as circunstâncias tinham posto em suas mãos. Era ele dez vezes mais rico do que o seu adversário, e de muito bom grado, se não houvesse outro recurso, por um contrato amigável daria uma soma igual a toda a fortuna deste, pela liberdade de Isaura.

Agora, que o destino vinha pôr em suas mãos toda a fortuna desse adversário caprichoso, arrogante e desalmado, Álvaro, sempre generoso, nem por isso desejava vê-lo reduzido à miséria.<sup>115</sup>

Leôncio se suicidou momentos após tomar conhecimento de sua derrota, buscando manter o orgulho da condição senhorial que então lhe estava sendo arrebatada. Na opinião do panfletista Luis Barbosa da Silva,

Em geral ignorante e embrutecido, o grande lavrador, além dos gozos materiais não compreende e não aspira a outros que não os de pompa e aparato. Com os maus hábitos do mando absoluto, a aparência do poder e da força é o que mais lisonjeia-lhe a imaginação.<sup>116</sup>

<sup>114</sup> Menezes, *A escravidão no Brasil e as medidas que convem tomar para extingui-la*, p. 11.

<sup>115</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 229.

<sup>116</sup> Parker, *Elemento servil*, pp. 14-15.



Manter-se escravista, além dos prejuízos financeiros, causava-lhe também o inconveniente de diminuir sua autoridade sobre a mão de obra. Leôncio, que, devido à sua educação, conheceu apenas os meios escravistas para manter sua autoridade, ao compreender que não poderia mais adotá-los optou pelo suicídio.<sup>117</sup>

Para além dos problemas enfrentados por ele, a vitória de Álvaro, o senhor emancipacionista, pode ser atribuída à sua prudência. Como já havia destacado, em meados de 1869, o jurista e deputado Perdigão Malheiro,

qualquer providência mal pensada, ou simplesmente precipitada, extemporânea [relativa à questão do elemento servil], pode causar, além de uma incalculável desordem econômica, estremecimento nas famílias e na ordem pública, cujas perigosas conseqüências não podem deixar-se temer.<sup>118</sup>

Talvez, tendo em conta uma interpretação semelhante, nosso literato tenha construído uma “sensata”, “inteligente” e “prudente” personagem que,

[...] conhecendo quanto é perigoso passar bruscamente do estado de absoluta submissão para o gozo da plena liberdade, organizou para os seus libertos em uma de suas fazendas uma espécie de colônia, cuja direção confiou a um probo e zeloso administrador. *Desta medida podiam resultar grandes vantagens para os libertos, para a sociedade, e para o próprio Álvaro. A fazenda lhes era dada para cultivar, a título de arrendamento, e eles [os libertos] sujeitando-se a uma espécie de disciplina comum, não só preservavam-se de entregar-se à ociosidade, ao vício e ao crime, tinham segura a subsistência e podiam indenizar a Álvaro do sacrifício, que fizera com a sua emancipação.*<sup>119</sup>

Tal compreensão não se constituía novidade. Aqui, novamente, podemos retomar o texto sobre a “Agricultura em Minas”, de autoria do irmão de nosso autor. Para ele,

<sup>117</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 232.

<sup>118</sup> Considerações realizadas, em cinco de julho de 1869, em virtude da discussão de uma proposta de lei que visava proibir a “venda de escravos em leilão”. Cf. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados: primeiro anno da decima-quarta legislatura. Sessão de 1869*, Tomo 3, 1869, p. 52. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Periódicos Raros.

<sup>119</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 114. Grifo nosso.



libertar um escravo é o mesmo que abandoná-lo aos seus vícios, e por conseguinte à miséria; é uma ação imprudente, que não se pode qualificar de generosidade, é antes um erro contra a experiência de todos os dias, que só a fraqueza pode aconselhar.<sup>120</sup>

Ao que tudo indica, Bernardo Guimarães esteve atento às discussões em torno do “elemento servil”, todavia, não se apropriou delas inadvertidamente; pelo contrário, fez uma leitura que via a emancipação como uma tarefa que seria positiva para a sociedade, desde que “bem” encaminhada pela classe senhorial. Para sanar o “problema” mencionado por seu irmão, em sua obra colocou uma emancipação em que o liberto permaneceu sob a tutela senhorial, preservando-o de se entregar “à ociosidade, ao vício e ao crime”.

Perceba-se que as vantagens do processo de emancipação promovido pelo personagem Álvaro eram bastante amplas, abarcando do escravo ao senhor. Um tipo de caminho que era defendido por aqueles que julgavam que ela deveria ocorrer “sem dano para a nação”, concepção na qual “libertar somente o escravo é, pois, um grande mal para a nossa sociedade e até para o próprio escravo”; julgavam-se necessárias “regras para se obter a regeneração moral da raça, na pessoa de seus membros que passarem a gozar da liberdade”.<sup>121</sup> Para o prudente personagem emancipacionista, as vantagens foram essencialmente duas: evitar os custos com a manutenção da escravidão e a vigilância dos escravos – elementos que ampliaram as dificuldades do escravista Leônício – bem como garantir sua autoridade moral sobre os ex-escravos. O que aflora no romance é a defesa do protagonismo senhorial no processo de emancipação. Atente-se para que Isaura somente foi libertada por Álvaro após ele adquirir sua posse:

[...] se esse algoz [Leônício] ainda há pouco tinha em suas mãos a tua liberdade e a tua vida, e não as cedia senão com a condição de desposasse um ente disforme e desprezível, agora tens nas tuas a sua propriedade; sim, que as tenho nas minhas, e as passo para as tuas, Isaura, tu

<sup>120</sup> AEL/Cecult, “Agricultura em Minas VI”, *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 34 (06/07/1859), p. 3.

<sup>121</sup> Menezes, *A escravidão no Brasil e as medidas que convem tomar para extingui-la*, p. 18.



és hoje a senhora, e ele o escravo; se não quiser mendigar o pão, há de recorrer à nossa generosidade.<sup>122</sup>

Álvaro, de posse da fortuna de seu rival – o que incluía Isaura – doou tudo à dócil e educada escrava, tornando-a livre. É importante atentarmos para o fato de que, quando o romance foi escrito, por lei o senhor era obrigado a conceder alforria ao escravo que lhe apresentasse seu valor, o que acirrou os conflitos entre senhores e escravos, elemento que, mesmo implicitamente, é retratado no romance de Bernardo Guimarães (o pai da personagem Isaura se propôs a pagar pela alforria da filha, tendo recebido negativas de Leôncio e de seu pai, situação que acabou por ocasionar a fuga da escrava). A solução apresentada pelo narrador para evitar tais situações era a classe senhorial atuar como emancipacionista e, assim, obter a “gratidão” do ex-escravo, o que foi praticado pela personagem Álvaro e ignorado por Leôncio.



*Texto recebido em 17 de janeiro de 2011 e aprovado em 19 de abril de 2011*



---

<sup>122</sup> Guimarães, *A escrava Isaura*, p. 231.





### Resumo

Este artigo consiste numa análise das representações da classe senhorial no romance *A escrava Isaura* (1875). Publicado numa conjuntura de debates em torno da questão do “elemento servil”, o romance pode ser encarado como uma tentativa de seu autor de guiar o comportamento da classe senhorial. Na história romântica, há um embate entre senhores escravistas e senhores emancipacionistas. Os primeiros, representados pela figura de Leôncio, são caracterizados como incultos, depravados e cruéis; já os emancipacionistas são alegoricamente representados na personagem Álvaro, um exemplo de prudência que deveria ser imitado. Ao conferir a vitória ao senhor emancipacionista, o literato buscou indicar qual era o comportamento adequado à classe senhorial naqueles momentos de diminuição da aceitação moral da escravidão.

**Palavras-chave:** A escrava Isaura – Bernardo Guimarães – Literatura antiescravista – Literatura e História

### Abstract

*This article analyzes representations of the dominant classes in the novel A Escrava Isaura (1875). Published during a time of public discussion over the matter of “the servile class” in Brazil, the novel can be seen as an attempt by the author to guide the behavior of the dominant classes. In the novel’s plot, there is an impasse between masters who support the institution of slavery and those who are abolitionists. The former, represented by the character Leôncio, are shown as coarse, depraved, and cruel, while the latter, symbolized by another character, Álvaro, are portrayed as exemplary models of prudence. In constructing the story, the author shows Álvaro as coming out the winner, thus identifying this character as a more appropriate role model for the slave-owning classes, at a time when public opinion was turning against the institution of slavery.*

**Keywords:** A escrava Isaura – Bernardo Guimarães – Abolitionist literature – Literature and History